

PROPOSTA

R E U N I Ã O

DE 06/02/2019

Horovado

ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM O PESSOAL – ANO DE 2019

Considerando que o n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, determina que o orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- a) Encargos relativos a remunerações;
- b) Encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento;
- c) Encargos com alterações do posicionamento remuneratório;
- d) Encargos relativos a prémios de desempenho.

Considerando que os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo determinam que compete ao dirigente máximo do órgão ou serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, podendo optar pela afetação integral das verbas orçamentais correspondentes a apenas um dos tipos e que a referida decisão é tomada no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, devendo discriminar as verbas afetas a cada tipo de encargo;

Considerando que, nos termos do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo deliberar sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) Recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e / ou;
- b) Alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço

Considerando que, em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 7.º do já citado Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, o órgão executivo delibera sobre os encargos a suportar decorrentes de alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores do

[Handwritten signature]

órgão ou serviço, devendo a respetiva deliberação fixar, fundamentadamente, aquando da elaboração do orçamento, o montante máximo, com as desagregações necessárias, dos encargos que o órgão se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar, aplicando-se igual procedimento à aplicação de prémios de desempenho, por força do artigo 13.º do mesmo diploma legal;

Considerando ainda as disposições relativas aos trabalhadores do setor público constantes no Orçamento de Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e designadamente as normas constantes do artigo 16.º, que permite as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, bem como as promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos, incluindo nos casos em que dependam da abertura de procedimentos concursais para categorias superiores de carreiras pluricategoriais, gerais ou especiais, ou, no caso das carreiras não revistas e subsistentes, incluindo carreiras e corpos especiais, para as respetivas categorias de acesso;

Considerando ainda a possibilidade dos municípios que não se encontrem em situação de saneamento ou de rutura procederem a novos recrutamentos, verificando-se ser necessário proceder a recrutamentos tendo em vista assegurar as necessidades dos serviços desta Câmara Municipal;

Considerando o Orçamento e o Mapa de Pessoal do município aprovados para o ano de 2019, onde foi fixado o montante máximo de € 75,583,00 para novos recrutamentos, e onde foram previstos os postos de trabalho a ocupar, caso se verificasse necessário e se mostrasse exequível, bem como o montante máximo de € 57,912,00 para alterações de posicionamento remuneratório;

Proponho, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, n.º 1 do artigo 7.º e artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 16.º da LOE 2019 e em consonância com o Orçamento do Município de Albergaria-a-Velha para o ano de 2019, a aprovação dos seguintes encargos orçamentais, num total de € 133.495,00, afetos a despesas com pessoal para o ano de 2019:

- a) Novos recrutamentos (Rubrica Orçamental 0102 01010604 - Contratos a Termo Resolutivo) - € 51,306,00;
- b) Novos recrutamentos (Rubrica Orçamental 0102 01010404 - Contratos por Tempo Indeterminado) - € 24.277,00;



- c) Encargos com alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório (Rubrica Orçamental 0102 01010402) – € 57.912,00;

Determinação do Universo de cargos, carreiras e categorias onde a alteração do posicionamento remuneratório obrigatório pode ter lugar: Considerando a disposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2019, serão abrangidos pelas alterações de posicionamento remuneratório obrigatórias constantes do artigo 18.º daquela Lei todos os trabalhadores da autarquia, independentemente do cargo, carreira ou categoria em que se encontrem, incluindo os integrados em carreiras especiais ou não revistas, que perfaçam um total de 10 pontos desde a última alteração de posicionamento remuneratório (1 posição remuneratória, salvaguardando-se o aumento mínimo de € 28,00 previsto na Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro).

Albergaria-a-Velha, 15 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,

(António Augusto Amaral Loureiro e Santos)



